

Agrotóxicos, Meio Ambiente e Saúde Pública - Experiência de Extensão Universitária no Interior de Pernambuco

Área Temática de Meio Ambiente

Resumo

Sendo a agricultura a base econômica de Santa Maria da Boa Vista - PE, a questão dos defensivos agrícolas é um dos problemas prementes no município. O uso excessivo e incorreto de agrotóxicos prejudica a saúde dos agricultores e dos animais e contaminam o solo e os recursos hídricos. Pretendia-se iniciar uma nova gestão da questão do agrotóxico apoiada pelo poder público local e envolvendo as duas esferas associadas ao tema: agricultores e comerciantes de insumos agrícolas. Visto que havia dois públicos distintos para as atividades, valeu-se de estratégias diferenciadas: com os agricultores, foram desenvolvidas oficinas de sensibilização sobre o uso e destinação das embalagens de agrotóxicos e com os revendedores de produtos agrícolas foram organizadas reuniões salientando a obrigatoriedade de receber e dar destinação aos recipientes vazios, ato previsto em lei. Destaca-se ainda o trabalho junto ao poder público, em especial com a Secretaria Municipal de Agricultura, posto que este é o órgão responsável pela gestão, em nível local, do assunto. Diante da integração de todos os atores locais envolvidos com a questão, conclui-se que houve um início positivo na gestão da problemática local dos agrotóxicos, culminando com a criação de um Conselho Municipal de Meio Ambiente.

Autores

Eronaldo Bomfim Rocha - Prof. Dr. do Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas

Beatriz Cristina Rocha de Oliveira - Educadora Social da Coordenadoria Executiva de Cooperação Universitária e de Atividades Especiais.

Thiago Lopes Genaro - Graduando em Direito da Faculdade de Direito.

Renata Marie Miyasaki - Graduanda em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

Thiago Allis - Bel. em Turismo pela Escola de Comunicação e Artes.

Instituição

Universidade de São Paulo - USP

Palavras-chave: agrotóxico; meio ambiente; saúde pública.

Introdução e objetivo

Este trabalho faz parte de um projeto de extensão universitária desenvolvido no município de Santa Maria da Boa Vista – PE, ao longo do ano de 2003, por uma equipe multidisciplinar de estudantes da Universidade de São Paulo sob a coordenação de uma educadora e um docente.

O desencadeamento das ações da USP no município teve como referência inicial a Agenda de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável construída a partir de discussões entre representantes da sociedade civil, do poder público, e outros agentes. Questões com presença bem marcada nesta agenda enquadraram-se na área de Meio Ambiente e foram abordados pela equipe. A partir deste ponto inicial estabeleceram-se outras necessidades e possibilidades de atuação por meio do contato com a população local (Oliveira et al. 2004).

Santa Maria da Boa Vista é o segundo município em extensão territorial no estado de Pernambuco, o que implica grandes desafios ao poder público local e diferenças marcantes entre a zona rural e a zona urbana. É o terceiro maior município em população, com 36.914 habitantes (IBGE, 2000), grande parte concentrada na área rural.

A base econômica do município é a agropecuária, sendo que as principais atividades produtivas são o cultivo de melão, melancia, banana, cebola, uva e a criação de ovinos e caprinos. Diante da importância da agricultura no município e de posse de diagnósticos observados pela equipe, percebeu-se que a questão dos defensivos agrícolas era um dos problemas agudos locais. Foi identificado o uso excessivo e incorreto de agrotóxicos - tanto o erro nas quantidades de aplicação dos produtos, quanto na escolha dos mesmos - e a forma de utilização perigosa para os usuários - sem Equipamentos de Proteção Individual - EPI. Além disso, notou-se que as embalagens vazias eram descartadas sem nenhum cuidado especial, o que acarreta prejuízos aos agricultores, animais, e ao ecossistema em geral, dada a contaminação do solo e dos recursos hídricos.

A intenção do trabalho era que todos os atores envolvidos vissem a questão na sua amplitude para que as possíveis ações, mesmo que voltadas especificamente para cada setor, contemplassem um objetivo único. Era necessário trabalhar o problema ambiental a partir da conscientização e mudança de hábito dos usuários de agrotóxicos, bem como tratar da questão com os comerciantes no sentido de cumprir a Lei Federal nº 9.974 (Brasil, 2000), que obriga os revendedores de defensivos agrícolas a receber de seus clientes o retorno das embalagens vazias e dar a sua correta destinação final. O trabalho junto ao poder público foi de pensar mecanismos para garantir o funcionamento do processo, ou seja, coube ao município dar continuidade ao processo de educação para os agricultores e executar o papel de fiscalizador frente aos comerciantes.

Metodologia

Após pesquisas realizadas na Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” e de levantamentos feitos no próprio município, a equipe estruturou seu plano de ação. A participação dos diversos atores envolvidos na problemática dos agrotóxicos mostrava-se fundamental na consecução de um novo modelo de gestão que compreendesse desde a venda do produto até seu destino final. Diante da diversidade de atores, diferentes estratégias de atuação foram elaboradas. Optou-se por apresentar o processo da tríplice lavagem, meio simples e prático pelo qual as embalagens de agrotóxicos ficam praticamente livres de resíduos químicos. Além disso, compreendendo toda a cadeia envolvida na questão de insumos agrícolas, elaborou-se uma agenda de trabalho com os comerciantes locais desses produtos e com o poder público, em particular com a Secretaria Municipal de Agricultura.

As primeiras atividades de campo foram realizadas em julho de 2003, junto aos setores que guardam relação com o problema exposto na tentativa de agregar à discussão o maior número e diversidade possíveis de atores sociais. Sendo esta uma atividade basicamente de aproximação, foram considerados os seguintes setores: revendedores de defensivos agrícolas, poder público e entidades representativas de agricultores.

Como uma primeira ação, foram visitadas todas as casas comerciais agrícolas do município. Com isso, os respectivos proprietários foram informados sobre os objetivos do projeto da equipe na cidade; bem como da necessidade de cooperação por parte dos mesmos. Em função da Lei nº 9.974, de 6 de junho de 2000, os revendedores de defensivos agrícolas são obrigados a receberem de seus clientes o retorno das embalagens vazias, previamente lavadas pelo processo de tríplice lavagem. Além disso, de acordo com a mesma lei, os revendedores têm por atribuição a destinação final desses recipientes aos fabricantes, para posterior reciclagem.

Estabeleceu-se também contato com o Secretário Municipal de Agricultura no intuito de obter o reconhecimento e apoio da prefeitura. Sua inserção no processo faz-se importante, na condição de mediador entre as políticas agrícolas do município e os atores envolvidos, visando-se gerar os menores impactos negativos possíveis em decorrência do uso de agrotóxicos.

Para a otimização das ações propostas, recorreu-se ainda às entidades organizadas ligadas aos agricultores locais com o objetivo de desenvolver um trabalho com multiplicadores que, após a visita da equipe, pudessem dar continuidade às propostas. São elas: AGROMESF- Agência Regional de Agro-negócios Familiar do Sub-Médio São Francisco; Coopergêncio - Cooperativa do Projeto Fulgêncio e a Coordenação local do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST).

A equipe acabou por contatar a ACAVASF - Associação do Comércio Agropecuário do Vale do São Francisco, uma entidade que atua na região de Juazeiro - Petrolina com o objetivo de fazer o retorno das embalagens de defensivos agrícolas. A associação, mantida com contribuições das casas revendedoras, já dispõe de uma central de recebimento, para onde são destinadas as embalagens coletadas nas propriedades rurais. Cabe ressaltar que, por lei, os agricultores têm a obrigação de realizar a tríple lavagem e fazer a entrega das embalagens ao estabelecimento revendedor, entretanto, a ACAVASF tem planejado a realização de coletas-volantes periódicas nos projetos de irrigação para facilitar o serviço.

Segundo representantes da ACAVASF, há planos de ampliar a abrangência de trabalho da associação para toda a região do Médio São Francisco, onde se localiza, dentre outras, o município de Santa Maria da Boa Vista. Considerando estes bons resultados no recolhimento e destinação final das embalagens na região de Petrolina e Juazeiro, agendou-se uma reunião entre os setores envolvidos e o presidente da associação. A idéia central era, em princípio, apresentar a premência da solução dos problemas com embalagens vazias e incentivar que os revendedores locais se organizassem para tratar “da correta e legal disposição dos recipientes e seu retorno ao fabricante”.

A partir da convocação feita oficialmente pela Secretaria de Agricultura da cidade, realizou-se, no Mercado Público, uma reunião com representantes da ACAVASF, das associações ligadas à produção agrícola do município (Projeto Fulgêncio, AGROMESF, MST, EBAPE, etc), do Poder Público, agricultores e interessados, em geral. Durante o encontro, foram feitas explanações sobre a problemática do uso excessivo dos defensivos agrícolas e apresentações de alternativas para amenizar seus prejuízos humanos e ambientais - a tríple lavagem.

Um outro foco das atividades da equipe foi uma ação de base, junto à Escola Rural Antônio Conselheiro, localizada num dos núcleos do assentamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. Com o apoio da Coordenação Local do MST, realizaram-se duas oficinas. A primeira para alunos do ensino fundamental (diurno) em que o público-alvo foram crianças e adolescentes, que receberam noções sobre os usos e o histórico dos defensivos agrícolas, bem como os problemas que podem ocasionar. A segunda oficina foi para o grupo de alfabetização de adultos (noturno); neste caso, optou-se por atingir as pessoas que trabalham diariamente com a agricultura e, portanto, com o uso de defensivos.

De forma ilustrativa e descontraída, apresentou-se uma pequena peça teatral com os integrantes da equipe, no intuito de ressaltar as principais informações apresentadas durante a oficina, em especial sobre a tríple lavagem. Os participantes também receberam uma cartilha didática elaborada pela equipe sobre a forma de se realizar a tríple lavagem, o que pode facilitar a fixação e realização posterior do processo. As apresentações buscaram sempre a participação dos envolvidos com a exposição de suas vivências e conhecimentos, para que dessa forma, o conteúdo tivesse um caráter prático e baseado na realidade local, e não meramente acadêmico.

Nos trabalhos de campo subseqüentes, realizados em dezembro de 2003, foi adotada a mesma estratégia de diálogo com todos os atores envolvidos, sejam eles do poder público - através de representantes de secretarias, sobretudo a de Agricultura - quanto com a sociedade civil organizada em associações e cooperativas, revendedores de insumos agrícolas e agricultores. Primeiramente, discutiu-se com o Secretário da Agricultura do município a continuidade dos trabalhos de conscientização de agricultores e revendedores de insumos agrícolas a respeito do descarte correto das embalagens de agrotóxicos. Verificou-se a total paralisação dos trabalhos por parte do governo local. Buscou-se a partir desta constatação, elencar algumas estratégias de continuidade, juntamente com o Secretário.

Definiu-se como fundamental enfatizar o trabalho de conscientização em comunidades localizadas nas áreas irrigadas. Isto porque nestas áreas há o excessivo uso de agrotóxicos, dado o maior número de safras por ano. Nos demais bairros não atingidos, as oficinas seriam de responsabilidade da Secretaria de Agricultura.

Conforme interesse de alguns presidentes das associações rurais, firmou-se a realização das oficinas-piloto em quatro comunidades: Unhanhuns, Areal, Barra Nova e Santa Rosa, esta última localizada em área de sequeiro, facilitando a comparação de diagnósticos da atual situação do uso de agrotóxicos e equipamentos de proteção com as áreas irrigadas.

As oficinas-piloto realizadas pela equipe da USP abordaram o descarte das embalagens, os hábitos dos agricultores na utilização dos agrotóxicos, até se chegar ao uso do Equipamento de Proteção Individual.

A primeira oficina ocorreu na comunidade de Unhanhuns, no período da noite, para que mais agricultores pudessem participar. Durante o dia, fez-se um diagnóstico mais apurado da situação através da aplicação de um questionário. Este diagnóstico pretendia embasar os trabalhos futuros. Nesse sentido foram iniciados entendimentos com integrantes do curso de agronomia da Universidade Federal Rural de Pernambuco, os quais demonstraram bastante interesse em continuar os trabalhos.

A partir deste diagnóstico e das demais oficinas, pôde-se ratificar a quase total ausência de cuidados por parte dos agricultores, tanto pessoais quanto ambientais, relacionados ao uso de agrotóxicos e descarte de suas embalagens.

Concomitantemente às reuniões com representantes do poder público e às oficinas com agricultores, realizaram-se duas reuniões com representantes das casas que comercializam insumos agrícolas, em continuidade aos diálogos iniciados durante as primeiras missões de campo.

Todos os representantes, embora demonstrassem conhecimento a respeito da Lei nº 9974 (Brasil, 2000), afirmaram que as casas para as quais trabalham não têm feito o recolhimento das embalagens. Alegam a dificuldade de fazer com que os agricultores tragam suas embalagens, afirmando ainda que um trabalho de conscientização não deve ser feito unicamente pelas casas revendedoras, tratando-se de um trabalho conjunto com o poder público e com as associações dos agricultores.

Como solução, apontam a construção de um galpão para recepção das embalagens, fruto de uma parceria entre todas as casas revendedoras. Foi aventada a colaboração da prefeitura para execução deste espaço, sugerindo-se a cessão do terreno por parte desta. No momento de devolução das embalagens, o agricultor receberia um comprovante que deveria ser apresentado no ato da compra de novos defensivos. Somente mediante a apresentação de tal comprovante é que seria permitida a venda destes produtos. Uma casa ficaria responsável por fiscalizar a outra para que este acordo não fosse quebrado. Os revendedores poderiam estudar também alguns descontos ou facilidades na compra de agrotóxicos e fertilizantes caso o agricultor devolvesse corretamente suas embalagens. Apontam também a necessidade de se iniciar um processo de conscientização acerca desta temática nas escolas.

Percebeu-se durante a atuação no município de Santa Maria da Boa Vista uma total desarticulação entre os setores público, privado e a sociedade civil no tratamento da problemática ambiental, tanto no âmbito político quanto de soluções práticas - ocorrendo quando muito, algumas iniciativas pontuais. A não continuidade das ações de conscientização ambiental, bem como a ausência de medidas legais municipais que viabilizem o equacionamento mesmo que progressivo das questões de meio ambiente, alerta para a necessidade do desenvolvimento de políticas públicas eficazes, que tratem conjuntamente as áreas ambiental, de saúde, educação, inclusão social, entre outras intrinsecamente ligadas.

Estas questões foram colocadas em uma reunião que contou com a participação de representantes da Prefeitura, da Câmara dos Vereadores, das Secretarias de Saúde, Educação, Agricultura, das casas revendedoras de insumos agrícolas, de associações rurais, do Fórum de DLIS, e do Projeto Fulgêncio. Surgiu como meio viável à formulação de políticas públicas a reestruturação e reativação do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - CONDEMA.

Desta reunião tirou-se uma comissão responsável por tal reestruturação, bem como pela indicação de membros governamentais, da sociedade civil organizada e de institutos que fariam parte do novo CONDEMA. Isto ficou decidido em reunião posterior, na qual se indicou também possíveis parceiros para a apresentação de planos das frentes de atuação elencadas.

O CONDEMA, já com seus novos membros, fez a discussão de um novo regimento interno e da Lei Orgânica do Município de Santa Maria, bem como estabeleceu as diretrizes de atuação do Conselho.

Para completar o trabalho da equipe, pensou-se na possibilidade de estabelecimento de uma parceria com uma universidade local que desse continuidade aos trabalhos iniciados na área de meio ambiente e, mais especificamente sobre a questão do uso de agrotóxicos no município. A partir de contatos iniciados em São Paulo, buscou-se a parceria com universidades de Pernambuco segundo os seguintes critérios: maior proximidade em relação à cidade de Santa Maria da Boa Vista e cursos que tivessem formação no tema proposto. Obteve-se retorno da Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE, localizada em Recife, que se mostrou interessada em continuar os trabalhos, segundo metodologia própria, uma vez que possuía experiência prática e teórica dentro da temática em questão e já atuava na região.

Coincidentemente ao período das atividades de campo da equipe da USP, ocorreu nos dias 09 e 10 de dezembro de 2003, o Fórum Pernambucano sobre os Efeitos dos Agrotóxicos na Saúde do Trabalhador, no Meio Ambiente e na Sociedade. Visando a criação de um vínculo maior com a UFRPE e aproveitando este evento, a equipe da USP destacou um de seus integrantes para participar do fórum onde pode discutir as possibilidades de atuação no município de Santa Maria da Boa Vista, trocando experiências, contando as atividades já desenvolvidas e levantando as possibilidades de continuidade.

Como já citado anteriormente, para embasar esses futuros trabalhos, foi feito um diagnóstico mais apurado da situação do uso dos agrotóxicos num dos bairros rurais do município de Santa Maria, através da aplicação de um questionário.

Resultados e discussão

Segundo interlocutores da Secretaria Municipal de Agricultura, o tema de trabalho escolhido pela equipe da USP sobre o uso de agrotóxicos e descarte das suas embalagens foi bem pertinente, pois normalmente são tratadas as questões de preservação do meio ambiente em geral, mas sem trabalhar com a questão dos defensivos agrícolas. Escolher uma questão “pontual” foi importante já que a equipe tinha pouco tempo de permanência no município (um mês em julho e outro em dezembro de 2003). Apesar das limitações de tempo e distância a

atuação da equipe, na opinião dos mencionados interlocutores, serviu como impulso para levantar a discussão no município. Acredita-se que a continuidade do trabalho pelo poder público vai ser dificultada em 2004, pois é um ano em que vão estar sendo discutidas questões políticas e com a mudança de governo acaba se perdendo parte do trabalho. Já a continuidade das ações por parte dos comerciantes é mais provável, uma vez que existe a necessidade de se cumprir uma lei. Outra dificuldade apresentada é o número restrito de pessoas engajadas nestas atividades dentro do município, fazendo com que os conselhos tenham pouca representatividade e dificuldade de atuação.

As atividades envolvendo os agricultores locais se mostraram extremamente relevantes para as duas partes envolvidas. Para os agricultores, foi um momento de discussão e de sedimentação do conceito de tríple lavagem, já conhecido por muitos deles. Para a equipe, foi um momento de externar diretamente o resultado das pesquisas feitas sobre a tríple lavagem, buscando introduzir o assunto com base nos relatos dos próprios agricultores acerca de problemas de saúde ocorridos em decorrência do uso indiscriminado de insumos agrícolas.

Diante dos trabalhos com os comerciantes das casas agrícolas, percebe-se quão difícil é introduzir uma temática externa ao lucro, como o meio ambiente e a saúde pública. Fica clara a concepção mercadológica de comércio de agrotóxicos. Na opinião geral colhida com os revendedores, as consequências do uso indiscriminado desses produtos seriam de culpa exclusiva dos agricultores.

A dificuldade de alterar esse quadro, e os limites da equipe em se sentir legítima para tentar alterar essa situação tornaram-se dois grandes desafios. As reuniões entre os comerciantes, o poder público, agricultores, a ACAVASF e, em outro momento, os vereadores, permitiram que interesses conflitantes não fossem direcionados por uma ação exógena – o fato de estar uma equipe universitária atuando no município, mas por força da lei existente e do consenso definido durante estas reuniões. Dessa forma, as decisões foram mais legítimas e aparentemente mais perenes. Já se pode apontar como um bom resultado a realização dessas reuniões com todos os setores envolvidos, pois as discussões entre segmentos distintos não são comuns no município e, nesses encontros, foi possível mostra a necessidade de se pensar a questão de forma global para que cada um coopere na solução do problema.

Conclusões

A integração entre sociedade civil, mercado e poder público é fundamental na solução de um problema de saúde pública e de meio ambiente, como o causado pela aplicação incorreta de defensivos agrícolas. A tríple lavagem pode ser o início de um amplo processo de transformação da agricultura tradicional para uma agricultura socialmente justa e ambientalmente sustentável.

O poder público, além da fiscalização, pode programar um trabalho de sensibilização e mobilização dos agricultores de Santa Maria da Boa Vista rumo à gestão mais adequada dos insumos agrícolas, tentando atingi-los com trabalhos realizados por suas diferentes secretarias, como a Secretaria de Agricultura, de Saúde e de Educação. O trabalho desenvolvido pela equipe da USP é um exemplo da forma que essa ação pode ocorrer; não basta a sensibilização, é preciso incentivar um trabalho coletivo sobre o tema.

O mercado, representado pelos revendedores locais de agrotóxicos, deve respeitar a lei, recebendo e destinando adequadamente as embalagens devolvidas. A filiação a associações como a ACAVASF ou a organização dos comerciantes criando um outro órgão semelhante, facilita o exercício dessa função. O contato com os comerciantes mostrou que diante da cobrança da sociedade e do poder público, existe uma preocupação e interesse desse setor em se organizar e cumprir a lei.

Os agricultores devem compreender a importância do tema e se mobilizar para realizar a tríplice lavagem e devolver as embalagens utilizadas, além de fazer a correta utilização dos agrotóxicos, incluindo o uso dos equipamentos de proteção individual. É necessário que haja um trabalho de articulação comunitária a fim de incentivar e conscientizar os agricultores. Nesse sentido, as diretorias das associações de agricultores podem representar um importante papel de estímulo aos agricultores locais.

Em suma, muito mais do que uma possível resistência dos comerciantes, o que se percebeu foi uma debilidade do poder público local em se organizar para incentivar ações conjuntas entre os diversos setores envolvidos. Oficinas acerca do tema, promovida até mesmo por estudantes de universidades da região mediante contrato com a prefeitura, e o apoio ao transporte das embalagens são duas ações factíveis e importantíssimas à Secretaria de Agricultura de Santa Maria da Boa Vista.

Os limites de atuação da equipe da USP seriam contornados pela continuidade acordada com a Secretaria de Agricultura, responsável pela continuidade das atividades de sensibilização junto aos agricultores e à negociação com os comerciantes, por isso o contato com a Universidade Federal Rural de Pernambuco representa uma perspectiva de grande valia para o processo de construção de uma nova forma de gestão dos defensivos agrícolas.

Ressalta-se ainda que a consolidação do CONDEMA – Conselho de Desenvolvimento Ambiental Municipal avança consideravelmente os trabalhos desenvolvidos no município acerca dos problemas ambientais, pois se apresenta como órgão incentivador e regulador das políticas públicas nesta área.

Referências bibliográficas

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DEFESA VEGETAL (ANDEF). Disponível em <http://www.andef.com.br>. Acesso em junho de 2003.

BRASIL. Lei Federal nº 7.802, de 11 de julho de 1989. Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em junho de 2003.

BRASIL. Lei Federal nº 9.974, de 06 de Junho de 2000. Altera a Lei no 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em junho de 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico 2000. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/>. Acesso em junho de 2003.

OLIVEIRA, B.C.R.; BORN, C.; VILELA, D.B.; TOMÉ, F.S.; MIYASAKI, R.M.; HARNIK, S.B.; ALLIS, T.; GENARO, T.L.; SPALDING, T.A.; CORTEZ, V.L.; ROCHA, E.B.; OLIVA FILHO, S.M. Relatório de Atividades do Projeto: Ações educativas de caráter multidisciplinar vinculadas a demandas locais em contribuição ao desenvolvimento e geração de renda no município de Santa Maria da Boa Vista – PE. Fundo de Cultura e Extensão da USP. 2004 (Inédito).